ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

2018

Ata da audiência pública realizada até o final de fevereiro

Câmara de
Alagoinhas
Transparência e Respeito

LIDO EM SESSÃO
EM 14/03/19

1403/19

AUDIÊNCIA PÚBLICA

3º QUADRIMESTRE 2018.

Alagoinhas, 21 de Fevereiro de 2019.

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, à hora Regimental, realizou-se na Câmara Municipal de Alagoinhas de acordo Of. nº 012/2019, para apresentação do relatório resumido do 6º Bimestre e do relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2018, conforme dispõe, Art. 9º da Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Dentre os convidados presentes: **Roseane Santana Conceição – Controladora Municipal, Daniel Ivo Néri Grave – Secretário Municipal de Fazenda e os Vereadores Darlan Lucena de Oliveira, Juracy Ferreira do Nascimento, Raimunda Neire Florêncio, Caio Icaro Silva Ramos, Norberto Alves Moita "Bebé", Jorge de Santana Gonçalves, José Cleto dos Santos Filho,**

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

Francisco Ribeiro Oliveira "Thor de Ninha", João Henrique de Jesus Meirelles Paolilo, Raimundo Alves dos Santos "Gode", Edilson Ferreira Lima "Duy do Frango", José Carlos Lins Lima "Pastor Lins". Assumiu a direção dos trabalhos o Sr. Presidente Roberto Torres, registrou a ausência dos Vereadores Anderson Baqueiro, Luciano Sérgio, Ozeas Menezes todos por motivo de saúde. Em seguida o Sr. Presidente passou a palavra ao Sr. Daniel Grave – Secretário Municipal de Fazenda, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, gostaria de saudar a todos os presentes. E dizer que essa apresentação é da gestão fiscal do exercício financeiro de 2018. Em cumprimento de um requisito legal, demostra e avalia as metas fiscais do 3º Quadrimestre de 2018, conforme Atr. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Apresentou nos finais dos meses de maio, setembro e fevereiro os quadrimestres e o Poder Público demostrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

paragrafo 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e federais. Dar ciência à sociedade da evolução dos números fiscais do Estado. Em seguida fez sua apresentação através de Slide da Execução Orçamentaria (Receitas e Despesas), que está em Anexo a essa Ata. Obrigado! **O Sr. Presidente passa a palavra a Sra. Roseane Conceição – Controladora Geral do Município, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Gostaria de saudar a todos os presentes. E mostrar os números de 2018, referente aos índices constitucionais. Em seguida apresenta um slide referente às despesas com pessoais, que traz um percentual de 51,48%, que está acima do 51,03% do limite prudencial, que acende um sinal de alerta para as despesas do poder público. Obrigado! **Logo após a apresentação dos Srs. Secretários, o Sr. Presidente passa a palavra aos Srs. Vereadores para os questionamentos. Com a palavra o Ver. Luciano Almeida, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Gostaria de saudar a todos os presentes.

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

E parabenizar aos Secretários pela apresentação, em especial a Rose, acho que é um acerto da administração pública em convocar uma funcionaria de carreira extremamente competente. Saúdo ao Secretário Edmilson desejando uma boa sorte. Com relação ao aumento de arrecadação, quais são os investimentos com recursos próprios no nosso município? Na LOA tem mostrando a construção do Hospital no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais). E nos meios de comunicação afirma que Prefeito Joaquim Neto construirá a Maternidade e Hospital, de onde vêm esses recursos e sem tem prazo? Existem fornecedores com pagamento em aberto? Nesta Casa foram aprovados Projetos para tomada de empréstimo no valor de R$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), para investir na Central e no Aterro, em que situação está esse investimento? Com relação à CIPE, o Secretário Harnoldo Azi, ficou de vir essa Casa para prestar contas e com sua saída, assumiu um novo Secretário, nós iremos fazer um novo convite para prestação de contas. Porque o

município sofreu o bloqueio do **FPM** no inicio do ano? Com relação ao limite prudencial, já está acima, e o município divulga que ira fazer um concurso, que abrirá 500 (quinhentas) vagas, como o município irá incorporar essas pessoas se o limite prudencial está estourado? Porque isso é uma responsabilidade do Vereador em esclarecer para a população. Obrigado! **Responde o Sr. Secretário, diz:** que todo repasse de contrato junto município via a União, Governo do Estado e Operação de Crédito, obrigatoriamente existe contrapartida vai de 0 a 20%. Todas as obras que existe de recursos do Governo Federal seja Emenda ou Contrato de Repasse tem Fonte Zero como investimento. Toda intervenção de requalificação urbana foram investidas com recursos próprios. Com relação aos números seria interessante a SESIN repassar formalmente. O município tem obrigatoriedade em responder ao Tribunal de Contas. Com relação ao Hospital Municipal e Maternidade não é tema da audiência pública mais posso assegurar que a construção não será do recurso da Fonte Zero. Com

relação aos fornecedores publicamos na pasta que os pagamentos serão efetivados no décimo dia útil de cada mês. Então não temos pendência de pagamento na centralizada. No fundo da Saúde, da Educação, e da Assistência Social não sou o gestor, e não temos o acesso. Então respondo pela centralizada. Com relação à operação de crédito foi aprovado nesta Casa, para o Aterro e a Central, o processo licitatório foram homologados. **Responde a Sra. Secretária Roseane, diz:** que soltou o edital das licitações tanto da Central de Abastecimento, tanto do Aterro Sanitário ocorreu que o da Central de Abastecimento a licitação foi fracassada. SEMAD está atualizando um novo processo para relicitar. Com relação ao concurso público é para atender a demanda da Educação, principalmente, professor. E mesmo que esteja com sinal de alerta no limite prudencial o dever de Casa que a gestão precisa tomar foi publicar um Decreto para buscar esse enquadramento e que ficasse com o limite abaixo do prudencial. E isso está refletindo em todas as ações que a gestão vem tomando e a

educação sempre será uma das prioridades. **Responde o Sr. Secretário Daniel Grave, diz:** que não apareceu empresa para dar lance. Então terá que se repetir. E do Aterro está no prazo. Com relação ao FPM de janeiro de 2019, foram referentes ao pagamento da previdência da saúde e educação que não foram concluídos no final do ano. O tempo de execução não foi exequível, por que dia trinta de dezembro é o ultimo dia do banco. Existiu crédito que entraram trinta de dezembro. Então não devemos a receita o município está em dias. **O Sr. Presidente passa a palavra ao Ver. Francisco Ribeiro "Thor de Ninha", Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Gostaria de cumprimentar a todos os presentes. Fiquei com algumas dúvidas mesmo durante a apresentação. Qual do valor de restos a pagar não processados e restos a pagar processados? O Sr. Grave fez uma comparação de dezembro de 2017 até dezembro de 2018, com relação a previsão de 2018, por que na receita capital o que estava previsto eram de R$ 32.345.433,00 (trinta e dois milhões, trezentos e

quarenta e cinco mil quatrocentos e trinta e três reais) o que foram arrecadados R$ 28.185.425,60 (vinte e oito milhões, cento e oitenta cinco mil quatrocentos e vinte cinco reais e sessenta centavos) ou seja arrecadou 87% do que estava previsto. Isso foi uma queda na arrecadação, houve um erro de previsão? Com relação as transferência de capital tiveram uma queda do que estava previsto de R$ 14.400.000,00 (quatorze milhões de reais) aproximadamente, foram arrecada apenas R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) houve erro na previsão? Com relação à CIPE gostaríamos de uma prestação de contas. Com relação às despesas correntes tinha uma previsão de R$ 341.000.000,00 (trezentos e quarenta e um mil reais) e foi arrecadado R$325.000.000,00 (trezentos e vinte e cinco milhões), esses R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) que deixou de ser arredado o que foi feito? No resultado orçamentário o Secretário disse que não á déficit e sim superávit, o que foi verdadeiramente pago? Com relação às despesas no resultado primário, porque temos um resultado

negativo R$ 4.413.000,00 (quatro milhões quatrocentos e treze mil reais). Então o porquê desse resultado negativo? Com relação aos limites constitucionais, as despesas com pessoal 51,48% é o que tem que atender a LRF, e 46,90% é que orienta o TCM. Não é o TCM que julga e orienta nossas contas? Então limite para pessoal é 51,48% ou 46,90%? Com relação a despesas com saúde foram aplicados 20,46%, quanto foi pago o que foi liquidado? Com relação às despesas com Educação foi aplicado 26,49% está dentro do limite no total de despesas liquidadas. Quanto foi pago no exercício passado e se tem esses recursos em caixa? No mais, gostaria de parabenizar o relatório dos Srs. Secretários, aonde podemos fazer a analise com mais facilidade. Obrigado! **Responde o Sr. Secretário Daniel Grave, diz:** que as despesas do DEA da gestão anterior foi de R$7.000.000,00 (sete milhões de reais). Respeito à opinião do Vereador quando a despesas de capital foram realizadas 95%, pra ele é muito. Se a meta era 100%, e arrecadou 95% é muito bom. Em

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

2018 foi um ano eleitoral a nível de Governo Federal a receita de capital é composta basicamente pela receita de emenda parlamentares, convênios e contrato de repasse operacional de crédito. A operação de crédito não parou mais emendas e todos os recursos oriundos de convenio do Governo Federal essa janela se fechou a partir do dia 30 (trinta) de junho. Então essa frustação de pouca execução se deu por conta da janela eleitoral. Ressalto que janela eleitoral teve segundo turno. Mas a CAF não impactou nisso continuou seu tramite. Com relação à CIPE isso também está o incomodando na prestação de contas. Esperamos com o novo Secretário possa passar o mais rápido a transparência dessas informações. Todas as informações estão no portal da transparência. O que foi previsto na LOA aprovado nesta Casa a execução do orçamento das despesas correntes foi R$341.000.000,00 (trezentos e quarenta e um milhões de reais) e o município liquidou R$ 325.000.000,00 (trezentos e vinte e cinco milhões de reais). Então quando tem essa diferença não é necessariamente

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

ingerência ou não execução de ações. Existem despesas que foram comprometidas mais por algum motivo não foram entregue em tempo hábil. O fornecedor não tinha aquela especificação e a contabilidade é obrigada a escrever numa rubrica chamada de restos a pagar. Então é muito subjetivo em dizer que as contas vão bater. Um grande volume dessas ações são restos a pagar. O que empenhamos o TCM exigi a disponibilidade financeira ano que vem. Então não posso entrar no exercício com restar a pagar maior do que minha disponibilidade. Porque senão essas contas estão automaticamente rejeitadas. Com relação ao resultado primário o que foi fixado na LDO aprovado nesta Casa é que o município pegando toda receita total arrecada menos aplicação e operação de credito esse é numero da receita primaria. Com relação às despesas fixada na LOA foi de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) , o município empenhou R$ 43.000.000,00 (quarenta e três milhões de reais) e liquidou R$45.000.000,00(quarenta e cinco milhões de reais),

esses R$45.000.000,00 é o serviço que foi liquidado aqui foi o comprometimento orçamentário. Essa diferença acompanha a mesma frustação da receita. Porque só posso utilizar a despesa de capital com receita de capital. **Responde a Sra. Secretária Roseane,** com relação ao índice pessoal, tem dois panorama 46,9%, conforme a normativa do TCM, e a LRF submetendo a uma metodologia de cálculo de 51,48%, por mais que as contas sejam julgadas pelo TCM, nós como esfera municipal nus submetemos normativas tanto do Governo Estadual e Federal. Então precisamos garantir enquanto gestão pública o acompanhamento dos recursos público, independente do enquadramento do Governo Estadual e Federal estarmos aptos. O nosso limite hoje de acordo com LRF é de **51,48%. O Sr. Presidente passa palavra ao Ver. João Henrique, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Quero saudar a todos os presentes, e parabenizar ao trabalho técnico da Secretária da Fazenda junto com a Controladoria em mostrar os avanços da arrecadação em nosso município. O

trabalho técnico da SEFAZ e da Controladoria estão sendo feitos com bastante competência. Mas quando saímos do trabalho técnico para execução da pratica temos uma realidade totalmente diferente deixando a população alarmada. Vimos à aplicação de 20,49% na saúde, ultrapassando 5,49% do que diz a legislação, mais chega na pratica falta tudo (fraldas geriátricas, medicamentos nos postos de saúde). Então existe um problema de gestão muito grande. Na aplicação dos recursos fonte zero, temos um problema grave porque foi gasto muito nos tapa buraco. Não vejo uma cidade do porte de Alagoinhas gastar R$1.000.000,00 (um milhão de reais) só em tapa buraco. Os avanços na CIP foram inexistentes. Aprovamos uma Lei que permitia a cobrança das intuições financeiras de ISS aqui no município. Isso nos gerou naquele momento uma certa esperança na melhoria de nossa arrecadação. Como está essa situação? Com relação a Vale Express empresa trazida pela prefeitura para o favorecimento de cartão aos funcionários, descontando dos seus contracheques e não

repassando o dinheiro para seus fornecedores. Deixando vários empresários no prejuízo devido ao não recebimento dessa empresa. E isso é responsabilidade da Prefeitura sanar essa situação. No Estádio Antônio Carneiro o que foi feito com recursos próprios? No mais, Obrigado! **Responde o Sr. Secretário Daniel Grave,** com relação ao ISS em 2017, teve uma arrecadação de R$22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais) (vinte e dois milhões de reais), em 2018 se arrecadou 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais). Em 2018 a Febraban entrou com recursos a nível do STJ, judicializaram contra a essa cobrança. Então ficamos impedido durante o exercício de conseguir fazer a cobrança aprovada nesta Casa. Essa decisão caiu, em seguida publiquei um Decreto, em novembro, dizendo que a partir do dia primeiro de fevereiro no município de Alagoinhas os bancos tem uma obrigação assessoria com a SEFAZ. Então todos os bancos se adequaram. Com relação ao Carneirão quero que os Srs. emitam a SESET para poderem informar formalmente o que foi

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO

aplicado no Carneirão. Infelizmente não tenho esses números. Com relação Valle Express foi um cartão de adiantamento firmado pelo município, e essa empresa acabou não honrando com as obrigações com o mercado local. E o município como intermediador tem que cobrar da Valle Express. A Procuradoria se manifestou junto a empresa com relação a esses fatos. **O Sr. Presidente passa a palavra ao Ver. Caio Ramos, Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Quero saudar a todos os presentes. E dizer que teve uma queda significativa no ramo imobiliário, e vimos que teve um aumento na arrecadação do ITIV. Qual foi o critério para esse aumento de arrecadação? O percentual que foi aplicado pago a saúde e a Educação não está presente na apresentação, só o que foi liquidado. Com relação as Emendas, inclusive na Praça do Barreiro no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), disseram que executariam através dos restos a pagar esse ano e até o momento não avançou. Obrigado! **Responde o Sr. Secretário diz:** que a Lei só exigi o que foi liquidado. Com relação ao ITIV a

alíquota está à mesma 3%. A movimentação de imóveis foi muito grande. **Responde a Sra. Secretária Roseane,** com relação as emendas todos os compromissos estão programado para inicio de março, só para o exercício de 2018, quando a orientação de emendas impositivas. Temos os valores das receitas correntes liquidas do exercício de 2018 e já podemos trabalhar com a apresentação dos pleitos e vai validar a viabilidade de execução. **Pergunta o Ver. Luciano Almeida,** qual a regra de medicação por metro quadrado dos terrenos e qual o valor? **Responde o Sr. Secretário, diz:** que o valor por metro quadrado que está no sistema do SEFAZ que foi aprovado por servidores públicos do município. Se tiver que mudar alguma coisa tem que mudar o código tributário nacional. **O Sr. Presidente passa a palavra ao Ver. José Carlos Lins "Pastor Lins", Sr. Presidente, Srs. Vereadores.** Saúdo a todos os presentes. Muito de fala em receita tributária no sentido de sonegação de impostos. E vendo a planilha algumas coisas melhoraram de forma considerável,

Câmara de Alagoinhas
Transparência e Respeito

principalmente, com relação ao IPTU. Mas de forma pratica o que está de fazendo na cidade Alagoinhas para se combater esse mal que envolve uma infinidade de empresários que não pagam impostos? Porque essas pessoas sonegam do município a muito anos. **Responde o Sr. Secretário, diz:** que implantou o sistema de protestos de títulos e SPC E SERASA. E não tiveram nenhuma judicialização. E isso é constitucional. Essa divida ativa arrecadada de IPTU é fruto de uma ação de cobrança. E uma coisa que pedir ao Prefeito para que não intervisse nessa situação. E todos que não pagam estão na divida ativa. Sem mais, agradeço a minha equipe pelo brilhante trabalho. **Nada mais havendo, o Sr. Presidente convoca os Srs. Vereadores para a próxima Sessão, que se realizará no próximo dia 26 do corrente mês e, em nome de Deus, encerrou os trabalhos. Para constar, foi a lavrada a presente Ata que após lida, discutida, aprovada e por todos assinada, será arquivada nos anais desta Casa.**

ANTONIO JOSÉ CALDEIRA DA SILVA JÚNIOR
SUPERVISOR DE TEXTO LEGISLATIVO